

✓/7

DECISÃO

(Aprovada em reunião plenária de 16.JAN.2005)

Ao abrigo do disposto na alínea h) do artigo 4º da Lei nº 43/98, de 6 de Agosto, conjugada com o artigo 15º da Lei nº 10/2000, de 21 de Junho, e com o artigo 34º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, a Alta Autoridade para a Comunicação Social (A.A.C.S.) instaurou, em 21 de Setembro de 2005, o processo de contra-ordenação SET05SD06/Q/CO contra REGIPOM – Pesquisa e Opinião de Mercado, Lda., com sede na Rua Santa Catarina, 489, 4000-452, Porto, com os seguintes fundamentos:

1. Na edição de 24 de Agosto de 2005, o jornal “O Riachense” publicou uma sondagem realizada no concelho de Torres Novas pela REGIPOM – Pesquisa e Opinião de Mercado, Lda.
2. A sondagem em questão não se encontrava, à data, depositada junto da AACS.
3. Por ofício datado de 1 de Setembro, a AACS dirigiu-se ao Director da REGIPOM – Pesquisa e Opinião de Mercado, Lda alertando-o para o facto de a notícia publicada referir que o depósito da sondagem havia sido efectuado a 20 de Agosto de 2005 junto da AACS, quando tal não se verificara, o que constituiria uma violação clara da Lei das Sondagens.

17

4. A 2 de Setembro, a AACS voltou a contactar o Director da REGIPOM – Pesquisa e Opinião de Mercado, Lda., lembrando a ausência de depósito, e solicitando os devidos esclarecimentos sobre o assunto.

5. A 3 de Setembro, sábado, o Director da REGIPOM – Pesquisa e Opinião de Mercado, Lda., respondeu dizendo que a REGIPOM tinha efectuado o depósito em causa por e-mail.

6. Uma vez que a AACS o não tinha recebido, deveria ter ocorrido uma falha no sistema informático, pelo que remeteu novamente o relatório da sondagem, comprometendo-se a enviar, posteriormente, a ficha técnica.

7. Analisada a sondagem em causa, a AACS verificou que:

- a) Só a 3 de Setembro a REGIPOM – Pesquisa e Opinião de Mercado, Lda. procedeu ao seu depósito junto da AACS, e só a 14 do mesmo mês esta recebeu a ficha técnica respectiva;
- b) O universo da sondagem é definido como constituído por indivíduos dos 19 aos 87 anos, quando deveria ser o de maiores de 18 anos recenseados;
- c) O erro da amostra (122 entrevistados) a um grau de confiança de 95%, é de 8,9% e não os anunciados 3,7%.

8. Em consequência, em reunião plenária de 12 de Outubro de 2005, a AACS decidiu instaurar um procedimento contra ordenacional à arguida acima identificada, por violação do disposto no artigo 5º, n.º 1 da Lei das Sondagens.

9. Por ofício datado de 24 de Outubro de 2005, o gerente da REGIPOM – Pesquisa e Opinião de Mercado, Lda. foi notificado da acusação para, no prazo de 10 dias, apresentar a sua defesa escrita, bem como os meios de prova que reputasse convenientes.

17

10. A 8 de Novembro de 2005, a arguida apresentou a sua defesa escrita argumentando o seguinte:

- a) Procedeu ao depósito da sondagem junto da AACS, antes da publicação da mesma;
- b) O depósito foi efectuado via e-mail;
- c) Ao ser contactada pela AACS que afirmava não ter recebido qualquer depósito, o Director técnico apressou-se a reenviar os relatórios e fichas técnicas exigidos;
- d) *“(...) não incumbe sob a Arguida qualquer especial dever de se certificar que a mensagem de correio electrónico é recebida nem que a mesma seja remetida por um qualquer sistema de segurança (...)”*
- e) Não compete à arguida *“a prova do envio que não poder ser feito por outro meio”*.

11. A arguida requereu ainda na sua defesa escrita que fosse efectuada prova testemunhal, a qual teve lugar, mediante inquirição da testemunha arrolada, em 27 de Dezembro de 2005.

12. Em síntese, João Paulo Soares Pereira, Director Técnico da REGIPOM - Pesquisa e Opinião de Mercado, Lda., à data dos factos, disse o seguinte:

- a) Procedeu ao envio do depósito da sondagem, via e-mail, mas não pediu confirmação da sua recepção;
- b) Ao ser contactado telefonicamente pela AACS, informou que tinha realizado o depósito exigido por lei;
- c) Ainda assim, enviou de imediato os dados que tinha no seu computador pessoal, tendo, posteriormente, enviado a restante documentação;
- d) Nesse mesmo contacto telefónico foi informado que o correio electrónico da AACS teria estado com problemas, pelo que é

✓7

possível que tivesse sido esse o motivo que impossibilitou a recepção do depósito.

13. Cumpre decidir.

Dão-se por provados os seguintes factos:

Na edição de 24 de Agosto de 2005, o jornal “O Riachense” publicou uma sondagem realizada no concelho de Torres Novas pela REGIPOM – Pesquisa e Opinião de Mercado, Lda.

A referida sondagem não se encontrava depositada junto da AACCS, como exige a Lei das Sondagens.

Estabelece o artigo 5º, n.º 1 da Lei das Sondagens que “*A publicação ou difusão pública de qualquer sondagem de opinião apenas é permitida após o depósito desta, junto da Alta Autoridade para a Comunicação Social (...).*”

Vem a arguida afirmar que procedeu ao depósito da sondagem junto da AACCS, mas que não o consegue demonstrar, justificando-se com o facto de não estar obrigada por lei a pedir o comprovativo da recepção do e-mail.

Certo é, porém, que o ónus da prova impende sobre aquele que alega o facto, designadamente se esse facto for invocado como comprovativo do cumprimento de uma obrigação legal.

Apesar disso, a verdade é que, mal o Director Técnico foi contactado pela AACCS, enviou todos os relatórios e fichas técnicas exigidas por lei, tendo

J7

assim demonstrado que detinha as mesmas e que não houvera intenção de ludibriar a lei.

Apreciando o grau de culpabilidade da arguida, conclui-se que o seu comportamento foi negligente, pois não teve o cuidado de se certificar que o relatório e a ficha técnica da sondagem haviam sido efectivamente recebidos pela AACCS.

Analisando a gravidade da infracção verificamos que a mesma não é despicienda, uma vez que o depósito de uma sondagem tem como objectivo permitir que a entidade fiscalizadora verifique se a sua realização obedeceu ou não ao previsto na lei. Se o depósito não for efectuado, a AACCS fica impedida de verificar se houve deturpação dos resultados.

Contudo, a verdade é que a REGIPOM – Pesquisa e Opinião de Mercado, Lda. acabou por proceder posteriormente ao depósito da sondagem tendo, aliás, sido detectadas diversas incorrecções na ficha técnica.

A arguida limitou-se a apresentar a declaração de início de actividade em 2004, o que significa que não se encontravam ainda fechadas as contas do primeiro ano de actividade.

Por outro lado, a arguida não retirou qualquer benefício económico da prática da infracção.

Entende, pois, a A.A.C.S. que, considerando a natureza da infracção, a culpa da arguida, a inexistência de benefício económico, se mostra suficiente para prevenir a prática de futuros ilícitos contraordenacionais a aplicação de uma sanção de admoestação.

Pelo exposto, e tendo em atenção o que ficou dito, é admoestada a arguida, nos termos do artº 51º do Decreto-Lei nº 433/82, de 27 de Outubro (na redacção dada pelo Decreto-Lei nº 244/95, de 14 de Setembro), sendo formalmente advertida da obrigatoriedade de proceder ao depósito de uma sondagem antes da sua divulgação, conforme dispõe o artigo 5º, n.º 1 da Lei das Sondagens.

Alta Autoridade para a Comunicação Social

em 16 de Janeiro de 2006

O Presidente



Armando Torres Paulo

Juíz-Conselheiro